

MENSAGEM Nº 500

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **RENATO SOARES MENEZES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Os méritos do Senhor **RENATO SOARES MENEZES** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de setembro de 2020.

Brasília, 22 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RENATO SOARES MENEZES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, junto à República Centro-Africana.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RENATO SOARES MENEZES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 521/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 03 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 03/09/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2097536** e o código CRC **7F3B8ACA** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *RENATO SOARES MENEZES*

CPF.: 371.585.467-72

ID.: 2972443 IFP

1954 Filho de Rubens de Barros Menezes e Maria da Conceição Soares Menezes, nasce em 02 de maio, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1975 Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense/RJ
1976 CPCD - IRBr
1976 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1980 Pós-graduação em História pela Universidade de Brasília/DF
1986 Mestre em Relações Internacionais, pela Universidade de Belgrano, Buenos Aires/AR
2000 CAE - IRBr, "CPLP Para Quê? Sua Criação, Análise de Seus Resultados e Perspectivas Para a Sua Consolidação"

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário
1979 Segundo-Secretário
1987 Primeiro-Secretário
1997 Conselheiro, por merecimento
2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções

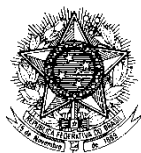
1977 Departamento da África, Ásia e Oceania, assistente
1978 Divisão da África I, assistente
1980 Divisão da Ásia e Oceania, assistente
1981 Embaixada em Tóquio, Segundo Secretário
1984 Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Adjunto
1988 Embaixada em Port-of-Spain, Primeiro Secretário, Conselheiro, comissionado
1990 Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, assessor
1991 Divisão de Comunicações, Chefe, substituto
1995 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assessor
1997 Embaixada em Lisboa, Primeiro Secretário e Conselheiro
2001 Embaixada em Lisboa, Secretariado Executivo da CPLP, Conselheiro, Assessor para Assuntos Administrativos e Jurídicos
2003 Embaixada em Rabat, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado e Encarregado de Negócios
2005 Divisão do Pessoal, Chefe
2006 Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa, Ministro-Conselheiro e Encarregado da Missão
2010 Consulado Geral em Beirute, Cônsul-Geral
2014 Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa, Ministro-Conselheiro e Encarregado da Missão

Condecorações:

1981 Ordem do Ipiranga, Brasil, Grande Oficial
1984 Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, 1º grau
2012 Medalha Mérito Tamandaré

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, cursive letters that appear to read 'JACV'.

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento da África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RELAÇÕES BILATERAIS	3
Cooperação humanitária.....	3
Comércio e investimentos.....	3
Assuntos consulares	3
POLÍTICA INTERNA	4
Governo François Bozizé	4
Nova crise securitária	4
Eleições presidenciais (2015-2016).....	5
Governo Touadéra	5
POLÍTICA EXTERNA	6
França	6
Rússia.....	6
China.....	6
África	7
ECONOMIA	8
Comércio internacional	8
Energia.....	8
Recursos minerais	8
Dados macroeconômicos	8
Efeitos da crise sanitária da COVID-19	9
PERFIS BIOGRÁFICOS	10
MAPA	11
DADOS BÁSICOS	12
INTERCÂMBIO COMERCIAL	12

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com a República Centro-Africana (RCA) em 27 de abril de 2010. O governo brasileiro vem acompanhando a situação securitária centro-africana, atento a momentos que se façam eventualmente propícios e às oportunidades para o adensamento das relações bilaterais.

Atualmente, as relações bilaterais são acompanhadas pela Embaixada do Brasil em Brazzaville, República do Congo.

Cooperação humanitária. O Brasil efetuou doações de arroz para a República Centro-Africana, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU, em novembro de 2012 (1.000 toneladas) e em junho de 2015 (250 toneladas).

Comércio e investimentos. O comércio bilateral com a República Centro-Africana ainda é incipiente. Em 2016, o Brasil exportou o equivalente a USD 6,2 milhões para a RCA. Nos anos seguintes, houve significativo decréscimo. Em 2019, as exportações brasileiras para a RCA voltaram a subir e chegaram a USD 3,1 milhões. A pauta de exportação concentrou-se em carne de aves.

Não há registros de investimentos de empresas brasileiras na RCA. Contudo, entre os setores com maior potencial para a atuação de empresas brasileiras destaca-se o de mineração, uma vez que a RCA possui extensas reservas comprovadas e localizadas de ouro, diamante, titânio, cobalto, granito, urânio, cobre, zinco, níquel, tório, zircônio e petróleo, além de minério de ferro. À exceção do ouro e do diamante, cuja exploração é apenas artesanal, nenhuma das variadas riquezas minerais da RCA foi, até agora, explorada.

Assuntos consulares. A rede consular brasileira na RCA é coberta pela Embaixada em Brazzaville e pelo Consulado Honorário em Bangui. Não se estima haver comunidade brasileira em números significativos no país.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre o Brasil e a República Centro-Africana, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em promessa de reciprocidade de tratamento para casos análogos ou em convenções multilaterais de que ambos os países sejam parte.

POLÍTICA INTERNA

A República Centro-Africana tornou-se independente da França em 1960, sob a presidência de David Dacko, que declarou o Movimento pela Evolução Social da África Negra (MESAN), do qual era integrante, o partido oficial do estado centro-africano. Em 1965, Dacko foi destituído pelo Coronel Jean-Bédel Bokassa, que dissolveu a Assembleia Nacional. Bokassa declarou a si mesmo Presidente Vitalício, em 1972, e Imperador, em 1976. Três anos mais tarde, a França organizaria uma operação militar que removeria Bokassa do poder, restituindo a Presidência do país a David Dacko.

O Presidente Dacko foi novamente destituído em 1981, pelo General André Kolingba, que governou a RCA até 1993, quando Ange-Félix Patassé foi eleito Presidente, no primeiro processo eleitoral multipartidário do país. Reeito em 1999, Patassé acabou destituído em 2003 pelo General François Bozizé, que, em eleições realizadas em 2005, foi confirmado no cargo de Presidente.

Governo François Bozizé. Uma vez no poder, Bozizé foi contestado por inúmeros grupos opositoristas. Teve início, em 2004, guerra civil que se encerraria em 2008, quando se assinou, em Libreville, Gabão, acordo de paz entre o Governo e os dois principais movimentos rebeldes – o Exército Popular para a Restauração da Democracia (APRD) e a União das Forças Democráticas pela Unidade (UFDR).

Em 2011, realizaram-se novas eleições para Presidente e para a renovação de um terço do Congresso. Em 13 de fevereiro, a Corte Constitucional publicou o resultado definitivo da votação presidencial. Após rejeitar os recursos pela anulação da eleição apresentados pelos candidatos derrotados, a Corte Constitucional declarou o General Bozizé eleito em primeiro turno, com 64% dos votos.

Nova crise securitária. Uma segunda crise securitária iniciou-se em dezembro de 2012, quando frente armada denominada Séléka (“coalizão” em sangô, língua falada por maior número de pessoas na RCA) iniciou ofensiva militar contra o governo. Em março de 2013, o grupo derrubou o Presidente Bozizé. Michel Djotodia, líder de uma das principais facções da coalizão, proclamou-se chefe de Estado.

A situação securitária, porém, permaneceu preocupante, com registro de saques e assassinatos em diferentes regiões. O fato de Djotodia ser muçulmano (entre 15 a 20% da população nacional segue o islamismo) agregou novo elemento ao já complexo cenário interno. Em quadro de contínuas violações de direitos humanos pelo país, organizaram-se diferentes milícias “anti-balaka”, ou de autodefesa, majoritariamente cristãs. Em 2013, confrontos entre milícias anti-balaka e as forças Séléka deixaram milhares de mortos e aumentaram o número de deslocados internos para cerca de 1,5 milhão de pessoas. Mais de 100 mil refugiados dirigiram-se ao Cameroun.

Em setembro de 2013, Michel Djotodia oficialmente dissolveu a Séléka, mas diversos grupos que compunham a coalizão recusaram a desmobilização. Em dezembro de 2013, a França enviou tropas ao território centro-africano, dando início à Operação Sangaris. A União Africana também enviou soldados, no âmbito da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA), estabelecida no mesmo mês, com autorização das Nações Unidas.

Em janeiro de 2014, Michel Djotodia deixou o poder, como parte de um acordo para a estabilização do país, alcançado em reunião de cúpula extraordinária, em Jamena,

Chade, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), da qual a RCA faz parte. Catherine Samba-Panza foi eleita Presidente de transição.

Como a crise perdurava, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em abril de 2014, resolução que estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), que substituiu formalmente a MISCA. Por sua vez, a União Europeia enviou ao país, em abril de 2014, a EUFOR-RCA, missão de paz que seria substituída em março de 2015 por uma missão de assessoria militar (EUMAM-RCA) e, em 2016, por uma missão de formação e treinamento (EUTM-RCA).

Em julho de 2014, firmou-se em Brazzaville, República do Congo, acordo de cessação de hostilidades entre ex-membros da Séléka e milícias anti-balaka. O frágil entendimento possibilitou a realização de eleições presidenciais em 2015.

Eleições presidenciais (2015-2016). As eleições presidenciais, originalmente marcadas para 18 de outubro e 22 de novembro de 2015, foram efetivamente realizadas em 30 de dezembro de 2015 (primeiro turno) e 14 de fevereiro de 2016 (segundo turno). Os dois candidatos mais votados na primeira fase foram Anicet Georges Dologué, da União para a Renovação Centro-Africana (URCA), que obteve 23,8% dos votos válidos, e Faustin-Archange Touadéra, independente, que reuniu 19,4% dos votos. No segundo turno, Touadéra obteve 62,7% dos votos válidos. Imediatamente após o anúncio oficial do resultado, Dologué denunciou a suposta ocorrência de numerosas irregularidades, que, segundo ele, teriam sido testemunhadas pela comunidade internacional. O candidato derrotado, contudo, aceitou o resultado do pleito, também validado pela Corte Constitucional de Transição, e reconheceu Touadéra como presidente eleito.

Governo Touadéra. Apesar dos esforços conciliatórios do presidente Touadéra, o estado centro-africano controla apenas 30% do território do país. O restante é ocupado por uma constelação de grupos rebeldes mais ou menos vinculados às milícias agora conhecidas como ex-Séléka e anti-balaka.

O Presidente Touadéra vem procurando ampliar a presença militar oficial em todos os departamentos do país, sobretudo no norte, mais populoso, para tentar promover a estabilidade e pacificar o interior conflagrado. Contudo, os grupos armados resistem a se desmobilizar. Uma série de acordos de paz entre o governo e 13 ou 14 grupos rebeldes foi assinada, com nova deterioração do cenário poucos meses depois. O compromisso mais recente foi negociado em Cartum, Sudão, e firmado em Bangui, em fevereiro de 2019. Como resultado, um novo governo foi designado, com participação de alguns ministros ligados aos movimentos rebeldes. Medidas semelhantes haviam sido adotadas anteriormente, em decorrência de outros acordos de paz. Ainda ocorrem, contudo, combates entre as forças do governo e diferentes grupos, além de denúncias de massacres no interior, que teriam a participação, inclusive, de milícias signatárias dos acordos de paz.

Estão previstas novas eleições presidenciais em dezembro de 2020.

POLÍTICA EXTERNA

Na República Centro-Africana, os conflitos têm dificultado o estabelecimento de uma política externa com objetivos de longo prazo. Mantém-se como prioritário, contudo, o tradicional relacionamento com a França, ao lado do qual vêm-se destacando também as relações com a Rússia.

Por sua posição estratégica, no centro do continente africano, a RCA atrai fortemente a atenção regional, tanto no âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) quanto da União Africana. A situação na RCA vem sendo acompanhada de perto pelos vizinhos, como Cameroun e Sudão, entre outros.

A presença da ONU, que contribui militarmente com as tentativas de estabilização do país, e da União Europeia, principal fornecedora dos recursos para complementar o orçamento governamental, são também fundamentais.

França. Antiga metrópole, a França é o único país da União Europeia que mantém embaixada em Bangui (embora a própria UE disponha de delegação na capital centro-africana). Com tropas no país desde antes da Operação Sangaris, iniciada em 2013, a França reforçou sua presença militar na RCA no período daquela ação, que se estendeu até 2016.

O então Presidente François Hollande visitou Bangui em dezembro de 2013, fevereiro de 2014 e maio de 2016. O Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, esteve na capital centro-africana em dezembro de 2018. Por sua vez, o Presidente Touadéra viajou à França em abril de 2016, março e setembro de 2017 e março de 2018.

A França é, ao lado da Índia, uma das principais origens das importações da RCA, depois do Cameroun. É também o maior investidor externo no país, considerando o estoque de investimentos. Mantém cooperação com a RCA em diversas áreas, incluindo ajuda humanitária, governança, reforço das capacidades do estado em setores como segurança, economia e finanças e justiça, e é o principal contribuinte do Fundo Bêkou da União Europeia, destinado à estabilização e à reconstrução na República Centro-Africana.

Rússia. Desde 2017, quando o Presidente Touadéra visitou Moscou, a Rússia vem estreitando relações com a República Centro-Africana, em movimento que se inscreve na política russa de reengajamento na África. Houve encontros entre o Presidente Touadéra e o Presidente Vladimir Putin também em 2018 e 2019.

Embora a RCA esteja sob embargo no que se refere à compra de armas, a França e a Rússia foram autorizadas pelas Nações Unidas a reequipar as forças armadas centro-africanas. Além de fornecer material bélico e equipamentos, a Rússia também tem oferecido treinamento militar à RCA. Ademais, tem sido responsável pela segurança do Presidente Touadéra. Também esteve envolvida na promoção das conversas entre o governo e 14 grupos rebeldes que levaram ao Acordo de Cartum, firmado em fevereiro de 2019.

Os interesses da Rússia na República Centro-Africana, além do componente militar, incluem a possibilidade de estabelecer parcerias na área de exploração dos recursos minerais centro-africanos.

China. A China é um dos principais destinos das exportações da RCA. Os investimentos chineses no mercado centro-africano também estão crescendo. Há acordo

do governo da RCA com empresa chinesa para reabilitar a hidrelétrica de Boali II, a cerca de 100 quilômetros de Bangui.

África. No que diz respeito ao relacionamento com as nações africanas, o país, além de ser membro da União Africana, integra a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). A CEMAC é organização de cunho político e econômico: os países membros compartilham moeda (o franco CFA da África Central) e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento. Além da República Centro-Africana, fazem parte da CEMAC Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, República do Congo e Gabão.

A CEEAC, por sua vez, além de ser foro político, tem o objetivo de formar um mercado único na África Central. O bloco abarca onze países: Angola, Burundi, Cameroun, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe e República Democrática do Congo.

Quanto às relações bilaterais, há grande interesse dos países vizinhos na situação da RCA. A crise securitária centro-africana tem reflexos diretos em Cameroun, Chade, República do Congo e República Democrática do Congo, que têm recebido a maior parte dos refugiados saídos da República Centro-Africana. Sudão e Sudão do Sul também recebem grande fluxo de refugiados, embora em menor número.

Os esforços dos vizinhos para conter a crise na RCA resultaram, por exemplo, no acordo que levou à renúncia de Michel Djotodia em janeiro de 2014; e no envolvimento do Sudão na promoção das conversações que levaram à assinatura do Acordo de Cartum, em fevereiro de 2019.

Vários países africanos têm-se engajado na RCA, como é o caso de Ruanda, Egito, Marrocos, Burundi, Senegal, Mauritânia e Zâmbia, entre outros, que estão entre os maiores contribuintes da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), em número de militares, policiais ou ambos. Ressalte-se que, entre os vizinhos da RCA, o Cameroun é o 8º maior contribuinte em número de soldados e o 3º em número de policiais. Ruanda é o país com mais soldados e policiais.

ECONOMIA

Com um PIB per capita próximo dos USD 440, a República Centro-Africana é um dos países mais pobres do mundo. A economia do país caracteriza-se pelo predomínio do setor primário: cerca de 50% do PIB advém desse setor. A agricultura é, em geral, de subsistência. Mais de 60% da população economicamente ativa trabalha no campo. Mesmo assim, a produção de alimentos nem sempre é suficiente. O setor de serviços conheceu, nos últimos anos, relativo dinamismo, em particular na área de telefonia móvel.

Comércio internacional. As exportações do país estão concentradas em produtos intensivos em recursos naturais. A venda de madeira corresponde a mais de 50% da pauta exportadora – seguida da venda de diamante. As importações, por sua vez, são diversificadas, uma vez que a RCA importa quase tudo do que precisa.

Cameroun, França, Índia, Bélgica e Alemanha estão entre as principais origens das importações centro-africanas. China, Burundi, Bélgica, Luxemburgo e França estão entre os principais destinos das exportações.

Energia. Boa parte da oferta primária total de energia na República Centro-Africana corresponde à biomassa tradicional (sobretudo madeira). Quando à energia hidrelétrica, as principais usinas encontram-se em Boali, 100 quilômetros a noroeste de Bangui.

Programa de investimentos 2016-2030 da ENERCA, companhia energética centro-africana, prevê a implementação de diversos projetos de geração, a partir de usinas térmicas (30MW), hidrelétricas (372 MW) e centrais de energia fotovoltaica (130 MW), e de transmissão. O custo total do programa chegaria a USD 3,7 bilhões.

A República Centro-Africana importa 100% dos derivados de petróleo que consome e tem limitada capacidade de estocagem. Sondagens intermitentes de empresas como Shell, Conoco e Chevron, iniciadas na década de 1980 e interrompidas definitivamente em 2003, não redundaram na comprovação de reservas de petróleo economicamente viáveis. A maior parte do petróleo consumido no país é importada do Cameroun.

Há estimativas oficiais sobre a existência de reservas de carvão mineral na região de Zako, onde teria sido identificado potencial equivalente a 2,9 milhões de metros cúbicos de lenhito.

Recursos minerais. Estima-se que a República Centro-Africana tenha reservas importantes de ouro, diamante, ferro, titânio, sal-gema, cobalto, granito, turmalina, quartzo, chumbo, caulim, estanho, manganês, pirita, grafite, calcário, dolomita, mármore, argila, urânio, cobre, linhita, zinco, níquel, ardósia, tório e zircônio.

Nenhuma das jazidas minerais da RCA foi explorada em escala industrial até o momento. A exploração de ouro e diamante é apenas artesanal.

Dados macroeconômicos. A balança comercial da RCA apresenta déficit estrutural, decorrente do padrão de comércio exterior do país (exportação de produtos primários e importação de manufaturados). No entanto, a RCA apresenta saldo positivo na balança de transações correntes, pois as transferências unilaterais e as contribuições dos países doadores são geralmente maiores do que os déficits nas outras rubricas.

Depois da brutal recessão de 2013, resultante do conflito interno, que levou à redução do PIB em mais de 36%, a RCA voltou a registrar crescimento a partir de 2014, embora relativamente modesto no contexto africano – mantendo-se no intervalo entre 3% e 5% no período de 2015 a 2019. O déficit público reduziu-se de 69,2% do PIB em 2014 para 48,5% em 2018.

Efeitos da crise sanitária da COVID-19. O FMI estima que, devido à crise sanitária internacional da COVID-19, o crescimento na RCA reduza-se a 1% em 2020. O Fundo anunciou a suspensão do pagamento do serviço da dívida da RCA por seis meses. A França anunciou que ajudará a República Centro-Africana a enfrentar a emergência sanitária.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Faustin Archange Touadéra



Nasceu em Bangui, em 21 de abril de 1957. É doutor em Matemática Pura pela Universidade de Iaundê, no Cameroun, e doutor em Matemática Pura pela Universidade de Ciência e Tecnologia (UST) de Lile I, na França. Fez carreira como professor na Universidade de Bangui, da qual foi também reitor. Em 2003, tornou-se Vice-Presidente da União Matemática da África Central. Ocupou o cargo de Primeiro-Ministro de 2008 a 2013, no governo François Bozizé. Foi eleito

Presidente em fevereiro de 2016.

Ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Centro-Africanos no Exterior, Sylvie Baipo Temon



Nascida em Bangui, em 13 de junho de 1975, formou-se em Economia na Universidade de Orléans, França, em 1996. Tem mestrado e doutorado em Ciências Econômicas. Por mais de 20 anos, exerceu funções consultivas e outras em bancos e instituições financeiras. Foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros em dezembro de 2018.

MAPA



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República Centro-Africana
Gentílico:	Centro-africano
Capital:	Bangui
Área:	622.984 km ²
População (FMI, 2019):	5,181 milhões
Língua oficial:	Francês e sangô
Principais religiões:	Cristianismo (50%); crenças tradicionais (35%); Islamismo (15%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral: Assembleia Nacional, com 105 membros.
Chefe de Estado:	Faustin-Archange Touadéra (desde março de 2016)
Chefe de Governo:	Firmin Ngrebada (desde fevereiro de 2019)
Chanceler:	Sylvie Baipo Temon (desde dezembro de 2018)
PIB (FMI, est. 2019):	USD 2,32 bilhões
PIB PPC (est. 2019):	USD 4,26 bilhões
PIB per capita (est. 2019):	USD 448
PIB PPC per capita (est. 2019):	USD 823
Variação do PIB (FMI):	1% (est. 2020), 3% (est. 2019), 3,8% (est. 2018), 4,5% (est. 2017), 4,7% (est. 2016), 4,3% (est. 2015), 0,1% (est. 2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,381 (188º)
IHDI (PNUD, 2019):	0.222
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	52,8 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2019):	36,8%
Índice de desemprego (PNUD, 2019):	6,5%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Embaixador em Brasília	Stanislas Moussa-Kembe (não residente)
Embaixador em Bangui:	Raul de Taunay (residente em Brazzaville)
Comunidade brasileira estimada	5

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – RCA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-abr)
Intercâmbio	1.916	2.321	1.779	6.401	1.024	1.075	3.112	667
Exportações	1.911	2.223	1.737	6.198	1.014	1.069	3.108	666
Importações	5	98	42	203	10	6	5	0,4
Saldo	1.906	2.125	1.695	5.995	1.004	1.063	3.103	666



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

REPÚBLICA DO CONGO



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RELAÇÕES BILATERAIS	3
RELAÇÕES POLÍTICAS	3
Cooperação técnica.....	3
Cooperação educacional	3
Cooperação humanitária.....	3
RELAÇÕES ECONÔMICAS	4
Comércio bilateral	4
Investimentos.....	4
Produtos de defesa	4
Dívida soberana.....	4
ASSUNTOS CONSULARES	4
POLÍTICA INTERNA	5
Histórico	5
Forças políticas.....	5
Instituições	5
Cenário atual	6
Milícias opositoras no Departamento do Pool.....	6
POLÍTICA EXTERNA	7
Entorno regional.....	7
Organizações sub-regionais	8
França.....	8
Estados Unidos.....	8
China.....	8
Rússia.....	9
ECONOMIA	10
Setor mineral.....	10
Indústria	10
Setor madeireiro	10
Dívida externa, PIB e COVID-19.....	10
PERFIS BIOGRÁFICOS	11
MAPA	12
DADOS BÁSICOS	13
INTERCÂMBIO COMERCIAL	13

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Congo foram estabelecidas em 1980. Em 1982, o Presidente congolês, Denis Sassou N'Guesso, visitou o Brasil. Dois anos depois, realizou-se a I Sessão da Comissão Mista bilateral. Seguiram-se quase 20 anos sem troca de visitas ou reuniões bilaterais, em função do quadro interno vivido pelo país africano. A aproximação foi retomada em junho de 2005, com nova visita do mandatário congolês ao Brasil.

Em outubro de 2007, realizou-se a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Congo. Na ocasião, foram assinados ajustes complementares nas áreas de prevenção e controle da malária, luta contra a AIDS, formação de recursos humanos e transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e para apoio à produção de cana de açúcar.

A última visita de alto nível ocorreu em agosto de 2018, quando o Ministro dos Esportes e da Educação Física congolês Hugues Ngouelondele veio ao Brasil e reuniu-se com seu homólogo para discutir possibilidades de cooperação técnica.

Cooperação técnica. A cooperação técnica do Brasil com o Congo está amparada no Acordo de Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural firmado pelos dois países em 1981. A República do Congo já recebeu cooperação brasileira em diferentes áreas, como produção de cacau, cultivo da palma africana e combate à AIDS, entre outras.

Atualmente, há demanda congoleza na área de combate à malária e à febre tifoide, que, no quadro da saúde pública na República do Congo, apresentam-se como as doenças mais frequentes, com incidência em todas as regiões do país. Também há pedido de apoio ao Instituto Nacional da Pesquisa Florestal (IRF) e ao Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola (IRA) congolezes. Essas demandas estão sob análise da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e outros possíveis parceiros brasileiros.

Cooperação educacional. Brasil e Congo estabeleceram, em 1982, Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, que se encontra em vigor. Desde 2012, ao amparo daquele instrumento, estudantes congolezes vêm-se beneficiando das vagas oferecidas anualmente por diversas universidades brasileiras no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Até o momento, 56 alunos do Congo participaram, ou ainda participam, do PEC-G.

Cooperação humanitária. Em março de 2010, o Brasil realizou doação de USD 200 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), com o fim de que este adquirisse bens considerados prioritários pelo Governo da República do Congo para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional de crianças refugiadas na província de Likouala. Em 2011, o Brasil voltou a contribuir com a segurança alimentar dos refugiados. Em 2012, foram efetuadas doações de medicamentos ao país africano, como contribuição ao tratamento das vítimas de explosão acidental de depósito de armamentos ocorrida em Brazzaville, no mês de março daquele ano.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio bilateral. O recorde no comércio bilateral foi registrado em 2012, quando o intercâmbio total chegou a USD 352 milhões. Em 2019, o fluxo de comércio foi equivalente a USD 22 milhões, quase totalmente correspondente às exportações brasileiras. A lista dos produtos exportados pelo Brasil concentrou-se em carne de frango e bovina e álcool etílico. Apesar do decréscimo na corrente de comércio, o Brasil vem mantendo superávit nas trocas com o Congo desde 2008.

Investimentos. Quanto aos investimentos brasileiros no Congo, registra-se a presença, no país, da Asperbras, que atua em projetos de construção civil e iniciativas na área do agronegócio. Em 2019, o Congresso de Dirigentes de Empresas do Congo (CCEC) manifestou à Embaixada do Brasil em Brazzaville o interesse em realizar parcerias com empresas brasileiras na área agrícola. No passado, construtoras brasileiras também atuaram no cenário congolês.

Produtos de defesa. Tem havido conversações de empresas brasileiras da área de defesa e segurança com o governo da República do Congo. Essas empresas identificaram oportunidades relativas ao suprimento material para as forças de segurança congoleesas.

Dívida soberana. O Congo foi um dos países beneficiados pela decisão do governo brasileiro de reestruturar dívidas soberanas de alguns países africanos. A dívida da República do Congo com o Brasil chegou a USD 352 milhões em 2010, tendo diminuído para USD 234 milhões pouco depois, em virtude de redução decorrente de tratativas com o Clube de Paris. Posteriormente, contrato de renegociação de dívida bilateral estabeleceu que o saldo remanescente seria de pouco mais de USD 118 milhões. Em outubro de 2019, a dívida consolidada da República do Congo era de cerca de USD 93 milhões.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na República do Congo é calculada em cerca de 120 pessoas. Não há registro de cidadãos brasileiros presos.

POLÍTICA INTERNA

Histórico. Ex-colônia da França, a República do Congo obteve sua independência em 1960. A vida política do país, em sua primeira década, foi marcada por instabilidades. Em 1968, o capitão Marien Ngouabi tomou o poder, formou um governo de esquerda apoiado no Partido Congolês do Trabalho (PCT) e inaugurou regime de partido único. Ngouabi foi assassinado em 1977 e o país passou a ser governado por uma junta militar, até que, em 1979, o coronel Denis Sassou N’Guesso, também ligado ao PCT, assumiu a Presidência da República, permanecendo no poder até 1992, quando se iniciou processo de abertura política e econômica.

No pleito realizado em 1992, elegeu-se Presidente Pascal Lissouba – com o apoio, no segundo turno, do PCT de Sassou N’Guesso, que alcançara apenas a terceira posição no primeiro turno. Em 1993 e 1994, o país viveu sua primeira guerra civil, iniciada por confronto entre forças do governo e da oposição no contexto das eleições legislativas.

Em 1997, às vésperas de novas eleições presidenciais, Sassou N’Guesso despontava como favorito. A escalada das tensões no país e as perspectivas de derrota levaram Lissouba a adiar o pleito, o que teve como consequência o início da segunda guerra civil congoleza.

Em outubro de 1997, as forças de Sassou N’Guesso tomaram o poder. Os conflitos, porém, durariam até o fim de 1999. Nova Constituição foi redigida por um Conselho Nacional de Transição e aprovada em referendo em janeiro de 2002 por 84% dos votantes. Sassou N’Guesso foi eleito logo depois, com 70% dos votos, para mandato de sete anos. Em 2009, foi reeleito com 78% dos votos. Em 2016, reelegeu-se novamente, em primeiro turno, com 60% dos votos.

Forças políticas. O Partido Congolês do Trabalho (PCT) é a principal força política do país. Com exceção de parte da década de 1990, o PCT está no poder desde sua fundação, em 1969. O Partido adotou, até a queda da União Soviética, ideologia marxista-leninista. Daí em diante, assumiu linha próxima do socialismo democrático. Com o apoio de partidos menores, o PCT forma a coalizão chamada União para a Maioria Presidencial.

A União Pan-Africana para a Democracia Social (UPADS), do ex-Presidente Pascal Lissouba, que governou entre 1992 e 1997, é o maior partido de oposição organizado. Em fevereiro de 2014, a UPADS juntou-se a outros três partidos para formar a Aliança dos Sociais-Democratas do Congo. Existem, ainda, diversos outros partidos e frentes suprapartidárias com menor capacidade de mobilização. Contudo, o Movimento Congolês pela Democracia e o Desenvolvimento Integral (MCDDI), que chegou ao segundo lugar nas eleições de 2016, vem se projetando como força opositora.

Instituições. República semipresidencialista, o Congo é um estado unitário, dividido em 12 departamentos. O Parlamento é bicameral. O Senado é formado por 72 membros, ao passo que a Assembleia Nacional conta com 139 deputados. O PCT e seus aliados dispõem de ampla maioria nas duas câmaras. O Judiciário congolês conta com uma Corte Suprema, uma Corte Constitucional e uma Alta Corte que julga crimes de traição contra o Presidente e casos envolvendo altas autoridades durante seus mandatos.

Quanto a seu financiamento, o estado congolês obtém a maior parte de seus recursos com a taxaço da exploraço de petrleo.

Cenário atual. As eleiçoes presidenciais mais recentes foram realizadas em 20 de março de 2016. O Presidente Sassou N’Gusso foi reeleito para um terceiro mandato, com 60% dos votos válidos no primeiro turno.

A candidatura de Sassou N’Gusso foi possível devido à nova Constituição, que, aprovada por referendo em novembro de 2015, permitiu ao Presidente permanecer no poder por até três mandatos consecutivos, aboliu a proibição a que maiores de 70 anos disputassem a Presidência, reduziu o mandato presidencial para cinco anos (em vez de sete) e recriou o cargo de Primeiro-Ministro (hoje exercido por Clément Mouamba), entre outras medidas. Com a mudança constitucional, antecipou-se a eleiço presidencial.

Em 4 de abril de 2016, pouco depois da declaração oficial dos resultados da votaço, houve distúrbios em Brazzaville, que o governo atribuiu a ataque realizado por grupo miliciano. Dois dias depois, o segundo colocado nas eleiçoes, Guy Brice Parfait Kolélas, que concorrera pelo MCDDI, anunciou que aceitava o resultado. Em 2017, eleiçoes legislativas para a Assembleia Nacional, o Senado e os Conselhos departamentais e municipais resultaram, mais uma vez, em significativa vitória do PCT.

Atualmente, as lideranças políticas encontram-se em articulaço com vistas ao pleito presidencial previsto para 2021. Tem havido, contudo, propostas, inclusive de alguns líderes opositores, de extensão do mandato presidencial até 2023, sob a condiço de que o Presidente Sassou N’Gusso não se candidate novamente. Em seu mais recente Congresso Ordinário, em dezembro de 2019, o PCT recomendou nova candidatura do atual Presidente. Pierre Moussa, novo Secretário-Geral do partido, rechaço a proposta de adiamento das eleiçoes presidenciais.

Milícias opositoras no Departamento do Pool. Depois das eleiçoes de 2016, intensificaram-se as atividades combativas das milícias revoltosas conhecidas como “Ninjas”, inspiradas na ação insurgente do líder rebelde Frédéric Bintsamu, mais conhecido como Pastor Ntoumi. Após a ação de 4 de abril de 2016 em Brazzaville, registraram-se emboscadas e atentados em Kinkembo, Mindouli, Voulia e Siassia, no Departamento do Pool.

Em dezembro de 2017, foi anunciado acordo de cessamento das hostilidades entre o governo e os rebeldes. O Acordo de Kinkala foi progressivamente restabelecendo a normalidade no Departamento do Pool.

POLÍTICA EXTERNA

Após a independência, a República do Congo implementou política externa caracterizada pelo alinhamento aos países socialistas. Na década de 1980, passou a adotar postura mais pragmática e procurou fortalecer o relacionamento com a França, principal fonte de ajuda externa e sede da maior empresa em operação no país, a Total. O colapso do comunismo no Leste Europeu reforçou essa reorientação e a aproximação, também, com os Estados Unidos.

O país também dá grande ênfase às relações com os demais países da África. Além de ser membro da União Africana, o Congo integra as organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), responsável pela gestão da moeda regional, o franco CFA central (XAF), e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Ademais, assinou em 21 de março de 2018 o acordo de criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), ratificado por Brazzaville em fevereiro de 2020.

O Congo tem buscado, nos últimos anos, diversificar suas parcerias. Nesse contexto, tem-se aproximado de países como Brasil, China, Turquia, Índia e Rússia. A China, em particular, tem investido pesadamente nos setores petrolífero, florestal e mineiro no Congo.

Entorno regional. As relações com os países vizinhos ocupam importante parte da agenda externa do Congo, que se apresenta como agente promotor da paz na região.

Com **Angola**, o Congo mantém estreitos laços de amizade, que remontam ao período da luta angolana pela independência, quando muitos integrantes dos movimentos emancipacionistas buscaram refúgio em território congolês. Mais tarde, quando da guerra civil congoleza, Luanda enviou 2.500 homens ao Congo, que contribuíram para a vitória de Sassou N’Guesso no conflito. Em 2013, contudo, registrou-se incidente quando tropas angolanas chegaram a ocupar brevemente áreas do Congo próximas à fronteira. Aparentemente, a movimentação dos soldados de Angola estava relacionada a operação na província angolana de Cabinda.

O Congo compartilha fronteira de 1.500 km com a **República Democrática do Congo (RDC)**, fator que explica o grande interesse mútuo. Nos anos que se seguiram à descolonização, os dois países estiveram em lados opostos no quadro de alianças no contexto da Guerra Fria. O relacionamento experimentou relativa distensão depois do colapso do bloco soviético e das transformações regionais na África Central, na década de 1990. De todo modo, o intercâmbio entre as populações dos dois países sempre foi intenso. Nos últimos anos, a situação da diáspora da RDC no Congo ocasionalmente constitui motivo de preocupação na relação entre Brazzaville e Kinshasa. Dezenas de milhares de cidadãos da RDC vivem e trabalham atualmente na República do Congo, em muitos casos em situação irregular.

Pouco depois de tomar posse, o Presidente da RDC, Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo, realizou visita a Brazzaville em fevereiro de 2019, encerrando um primeiro périplo africano que o levara também a Angola e ao Quênia. A viagem constituiu importante sinalização positiva para o relacionamento bilateral.

O Presidente Sassou N’Guesso tem desempenhado papel relevante no encaminhamento da crise política e securitária que afeta a **República Centro-Africana (RCA)** desde dezembro de 2012. O Congo deslocou soldados para a RCA no âmbito da Força Multinacional da África Central (FOMAC), ligada à CEEAC. Também mantém contingente de mais de cem agentes policiais na Missão Multidimensional Integrada das

Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). O cessar-fogo firmado em 2014 entre os grupos “Ex-Séléka” (coalizão de milicianos que tomaram o poder em 2013 na RCA) e as milícias “anti-balaka” (de oposição à “Séléka”) foi assinado em Brazzaville.

Ressalte-se, também, que o Presidente Sassou N’Guesso tem assumido papel de destaque nas discussões, no âmbito da **União Africana**, sobre a situação na **Líbia**. Em janeiro de 2020, realizou-se em Brazzaville Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Comitê de Alto Nível da União Africana para a Líbia.

Organizações sub-regionais. O Congo é membro da CEMAC e da CEEAC. A primeira foi criada em 1994 e tem como pilar fundamental o franco CFA da África Central (XAF), moeda comum para os países integrantes do bloco. Chade, Cameroun, Gabão, Guiné Equatorial e República Centro-Africana são os demais membros.

A CEEAC, por sua vez, é composta pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Em decorrência da situação interna de diferentes países membros, as atividades da organização estiveram suspensas entre 1992 e 1998. Com o relançamento do bloco, ocorreu também mudança de foco de suas atividades, as quais passaram a estar relacionadas, sobretudo, à promoção da paz.

O Congo também integra a Comissão de Florestas da África Central (COMIFAC). O organismo, estabelecido em 1999, promove a concertação regional em prol da preservação das florestas locais.

França. A França é provavelmente o principal parceiro da República do Congo no cenário internacional, sobretudo em razão dos investimentos da empresa Total no setor petrolífero congolês. A companhia comprou, no ano 2000, a também francesa Elf Aquitaine, presente no Congo desde 1968.

A França é, atualmente, o principal doador bilateral de “ajuda ao desenvolvimento” para o Congo. Sob essa rubrica, financia projetos nas áreas de transportes, infraestrutura, biodiversidade, agricultura, saúde pública e desenvolvimento institucional (principalmente no campo da justiça), além de manter importante cooperação cultural e educacional com o país africano.

O Presidente Denis Sassou N’Guesso fez visita de trabalho à França em setembro de 2019, quando se reuniu com seu homólogo francês, Emmanuel Macron. Na ocasião, firmaram acordos nas áreas de meio ambiente e educação.

Estados Unidos. Os EUA também prestam assistência ao Congo-Brazzaville nas áreas de agricultura, alimentação escolar, saúde (principalmente no combate ao HIV, à tuberculose e à malária) e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Há também uma importante colaboração norte-americana com as Forças Armadas congolêsas, inclusive na área de segurança marítima e portuária. No âmbito das relações econômico-comerciais, o Congo beneficia-se do “Africa Growth and Opportunity Act” (AGO), política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado norte-americano.

China. A China tornou-se, nos últimos anos, um dos maiores parceiros econômicos do Congo, ao lado de França e Estados Unidos. O mercado chinês é hoje o principal destino das exportações do Congo, absorvendo mais de 50% do total exportado pelo país. A China é também um dos maiores fornecedores de produtos para o mercado congolês.

O país asiático tem sido, ademais, importante fonte de financiamento para projetos no Congo. Em março de 2019, Brazzaville e Pequim chegaram a acordo para implementação de Zona Econômica Especial em Ponta Negra, segunda maior cidade e principal centro financeiro do Congo. A iniciativa prevê uma série de obras de infraestrutura, incluindo a construção de unidades de geração de energia.

Os projetos com financiamento chinês, contudo, agravaram o endividamento congolês. Atualmente, a China é credora de cerca de um terço da dívida externa do Congo. Em abril de 2019, chegou-se a acordo de reescalonamento da dívida congoleza com o lado chinês.

Rússia. Depois dos anos de proximidade com a antiga União Soviética, o Congo voltou, recentemente, a estreitar laços com Moscou na busca pela diversificação de suas parcerias. O Presidente Denis Sassou N’Guesso participou, em 2019, da Cúpula Rússia-África, na cidade russa de Sochi, buscando reforçar a cooperação nos setores de armamentos e energia. Também foi firmado com a Rússia, em 2019, acordo sobre a construção de um oleoduto para conectar a região petrolífera de Kouilou, no sul do território congolês, à parte norte do Congo.

ECONOMIA

A economia da República do Congo é baseada no setor petrolífero, responsável pela maior parte da renda e das exportações do país – mais de 90% do total exportado. A maioria dos campos de petróleo está localizada *offshore*. A companhia francesa Total domina o setor. Empresas italianas e americanas também são importantes. O crescimento (ou queda) do PIB tem sido determinado por mudanças no preço do óleo.

Diante da perspectiva de que o setor entre em declínio nos próximos anos (prevê-se que a produção caia, no período de 20 anos, para 1/6 do atual volume), o governo tem buscado diversificar a economia do país. Uma das alternativas discutidas atualmente é a criação de zonas econômicas especiais para atrair investimentos externos. Para crescer, o país terá de superar, entre outros problemas, a ausência de infraestruturas adequadas.

Setor mineral. Além do petróleo, a República do Congo apresenta potencial no setor mineral. Existe produção de diamante e de ouro, a qual tem sido limitada principalmente à mineração artesanal. Empresas podem adquirir direitos para o mercado de diamantes na fronteira com a República Centro-Africana. Estima-se que existam reservas de potassa e minério de ferro ao longo da seção sul da fronteira com o Gabão, a qual é acessível através da ferrovia Brazzaville-Ponta Negra.

Indústria. A indústria congoleza está concentrada na produção de bens de consumo não duráveis, como cerveja, açúcar, óleo de palma, sabão, farinha e cigarros. O setor contribui com pouco mais de 10% para o PIB.

Setor madeireiro. As florestas tropicais do norte do país constituem o principal recurso para a indústria madeireira. A silvicultura, que representava a maior parcela das exportações congolezas antes da descoberta de petróleo, na década de 1970, hoje gera menos de 7% das exportações. A produção e o processamento de madeira estagnaram como decorrência das guerras civis, mas estão sendo revitalizados.

Dívida externa, PIB e COVID-19. A economia do Congo sofreu o impacto da redução dos preços do petróleo na década de 1990 e do conflito interno no país em 1997. Em 2010, diante das dificuldades do país, o Clube de Paris e o FMI perdoaram parte da dívida congoleza. Contudo, em 2017, o Fundo calculou que o endividamento do Congo chegava a 110% do PIB do país. Condição-se a continuidade da ajuda ao Congo à realização de uma série de reformas. Dois anos depois – e após a reestruturação da dívida com a China – o FMI concordou em liberar mais USD 449 milhões para apoiar a economia congoleza, em vários desembolsos limitados, cada um deles condicionado a nova avaliação do Fundo sobre a situação econômica local. Uma primeira parcela de USD 45 milhões foi recebida pelo governo congolês em julho de 2019.

Nesse quadro, as expectativas mais otimistas com relação ao PIB congolês para 2020 acabaram drasticamente revistas como resultado da emergência sanitária internacional da COVID-19. Com as consequências da pandemia para a economia mundial e do Congo, o FMI reviu a projeção de variação do PIB congolês para -2,3%.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Denis Sassou N’Guesso



Nasceu na cidade de Edou, em 23 de novembro de 1943. Ingressou no Exército em 1960, como estudante. Filiou-se ao Partido Congolês do Trabalho (PCT) em 1970. Em 1975, foi designado Ministro da Defesa. De 18 de março a 2 de abril de 1977, dirigiu interinamente o país, após o assassinato do Presidente Marien Ngouabi. Foi eleito Presidente do PCT em 1979, tornando-se chefe do estado congolês. Candidatou-se à reeleição em 1992, ficando em terceiro lugar na votação daquele ano. Viveu em Paris de 1994 a 1996. Retornou ao Congo em 1997 para disputar as eleições presidenciais de junho daquele ano. Após a guerra civil que se seguiu ao adiamento do pleito, tomou controle de Brazzaville e assumiu a Presidência da República em outubro de 1997.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e dos Congolese no Exterior, Jean-Claude Gakosso



Nasceu em 25 de julho de 1957, em Inkouélé, no centro da atual República do Congo. Estudou na antiga União Soviética, onde obteve diploma de Mestrado e de Estudos Aprofundados em jornalismo na Universidade de Leningrado. Doutorou-se em ciência da informação e da comunicação, em menção honrosa, na Universidade de Paris II. Tornou-se assessor do Presidente Denis Sassou N’Guesso em 1991. De 1997 a 2002, foi Assessor Especial do Presidente e Chefe do Departamento de Comunicação, Correios e Telecomunicações do Congo. Foi nomeado Ministro da Cultura, Artes e Turismo em 1992. Elegeu-se deputado em 2007 e 2012. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 10 de agosto de 2015.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Congo
Gentílico:	Congolês
Capital:	Brazzaville
Área:	342.000 km ²
População (FMI, 2019):	4,568 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Cristianismo (50%); Crenças tradicionais (48%); Islamismo (2%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Bicameral: Senado, com 72 membros; Assembleia Nacional, com 152 membros.
Chefe de Estado:	Presidente Denis Sassou N'Guesso
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Clément Mouamba
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Jean Claude Gakosso
PIB (FMI, est. 2019):	USD 11,58 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 32,77 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019):	USD 2,53 mil
PIB PPC per capita (FMI, est. 2019):	USD 7,17 mil
Varição do PIB (FMI):	-2,3 (est. 2020); 4% (est. 2019); 2% (2018); -4,6% (2017); -2,8% (2016); 2,6% (2015); 6,8% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,608 (138°)
IHDI (PNUD,2019):	0,456
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	64,3 anos
Índice de Alfabetização (PNUD, 2019):	79,3%
Índice de desemprego (BM, 2019):	10,4%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Embaixador do Congo:	Louis Sylvain-Goma
Embaixador em Brazzaville:	Raul de Taunay
Comunidade brasileira estimada:	120

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – República do Congo	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-abr)
Intercâmbio	86.670	86.552	66.852	31.095	28.272	22.120	22.256	14.005
Exportações	86.623	86.115	66.796	31.029	18.343	22.025	22.249	13.999
Importações	46	400	32	66	9.929	95	7	6
Saldo	86.576	85.752	66.786	30.963	8.414	21.930	22.242	13.993